
DIÁRIO OFICIAL



*Prefeitura Municipal
de
Porto Seguro*



ÍNDICE DO DIÁRIO

DECRETO

DECRETOS

ATA

ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MEIO AMBIENTE

EXTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

PORTARIA

PORTARIA



DECRETOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO
ESTADO DA BAHIA**

DECRETO Nº 12.276/21 DE 10 DE JUNHO DE 2021.

“Exonera servidor e dá outras providências”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, amparado no inciso I, do artigo 58, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis Municipais nº 804/09,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o Sr. **JOTAIR LAGES BORGES**, anteriormente nomeado para exercer o cargo de provimento temporário de **CHEFE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**, na Secretaria Municipal de Trânsito e Serviços Públicos, sob o símbolo **DAI-2**.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de junho de 2021, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
Porto Seguro, 10 de junho de 2021.


Jânio Natal Andrade Borges
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO
ESTADO DA BAHIA**

DECRETO Nº 12.277/21 DE 10 DE JUNHO DE 2021.

“Nomeia servidor e dá outras providências”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, amparado no inciso I, do artigo 58, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado nas Leis Municipais nº 804/09,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. **IRANES JOSE DA CRUZ AMORIM**, para exercer o cargo de provimento temporário de **CHEFE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**, sob o símbolo **DAI-2**.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir de 02 de junho de 2021, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
Porto Seguro, 10 de junho de 2021.


Jânio Natal Anáurade Borges
Prefeito Municipal



ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MEIO AMBIENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- CMMA

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE
PORTO SEGURO - BAHIA, REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 2021.**

Às onze horas e quinze minutos do dia dois de junho de dois mil e vinte e um, reuniram-se virtualmente através da plataforma "Google meet", o vice-presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (João Góes), o superintendente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA (Ruben Zaldivar), a bióloga da SMMA (Aluane Ferreira), a oceanóloga da SMMA (Martina Rossato) e os demais conselheiros do Meio Ambiente: Bruno Brauer (Instituto Coral Vivo), Carolina Peixoto Ferreira (ICMBio), Charles Leal (Associação de Produtores Rurais Brasil para o futuro), Daniela Bambirra Obregon Gonçalves (Costa Bahia Turismo), Igor Pinheiro (UFSB), Ítalo Lima e Silva (Instituto Nautilus), Junior Fortunato (Associação das Operadoras de Turismo Naval de Porto Seguro), Laura Ramallo (Associação Despertar Trancoso), Luis Alberto Oliveira dos Santos (Associação Naval de Porto Seguro), Luiz André Lobo (AquaPlanet Mergulho), Manoela Leitão (Instituto Nautilus), Marcelo Tenório (Associação de Agricultores Rurais Nova Jerusalém), Pedro Menezes (Colônia de Pescadores z-22), Sueli Abad (Movimento de Defesa de Porto Seguro), e Vinícius Parrácho (vereador). Convidados e demais autoridades, conforme lista de presença em anexo. A reunião teve como pontos de pauta: Reativação da Câmara Técnica da Mata Atlântica, Retorno Denúncia Village, Revitalização da Lagoa Azul, EMBASA e saneamento básico e Revisão lei e sinalização do Parque Municipal Marinho do Recife de Fora (PMM do Recife de Fora). A reunião se inicia com a fala da senhora Aluane Ferreira (bióloga da SMMA) convocando todos para a reunião e com a apresentação e informação dos pontos de pauta pelo Superintendente da SMMA, o Senhor Ruben Zaldivar. O Senhor Ruben Zaldivar inicia o primeiro ponto de pauta afirmando ter pensado que a Câmara Técnica da Mata Atlântica já havia sido criada e traz a boa notícia que irá ser criado um Centro de Monitoramento da Mata Atlântica (Projeto Harpia) do Extremo Sul da Bahia e que a prefeitura de Porto Seguro esta buscando trazer esse centro para o município, além de estar sendo providenciada capacitação para os técnicos da prefeitura que agem na área de supressão de Mata Atlântica ou licenciamento. O Senhor Ruben também relata a necessidade de se enviar um técnico para Salvador para se inteirar a cerca da questão hídrica além de ser necessário ter um controle sobre os poços abertos e recursos hídricos utilizados no município. A Senhora Sueli Abad nos informa que o Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS) vem há vários governos municipais chamando a atenção para a crise hídrica enfrentada pelo município e que nunca houve o menor interesse na preservação da bacia hídrica do Rio dos Mangues que abastece centro e Orla Norte do município, invasões, obras irregulares, desmatamentos, tudo contribuindo para escassez de água enfrentada. Além de ocorrer à abertura de poços sem controle e o uso da água subterrânea sem nenhum estudo. Ainda informa que o MDPS esta trabalhando na recuperação de áreas degradadas no Corredor Central



da Mata Atlântica, o que poderá contribuir para amenizar a crise hídrica, mas que é importante recuperar e manter a Bacia do rio dos Mangues, o que garante disponibilidade de água na região. A reunião continuou com o questionamento da senhora Laura Ramallo (Associação Despertar Trancoso) sobre a existência de um planejamento estratégico para essas ações e sobre quando será ativada a Câmara Técnica da Mata Atlântica (CT da MA). O senhor Ruben Zaldivar responde aos questionamentos, afirmando que a CT da MA pode ser reativada rapidamente e que deverá consultar o jurídico da SMMA para que a mesma seja implementada. Em relação aos outros quesitos, o senhor Ruben Zaldivar afirma que estão em andamento e que os primeiros passos estão sendo tomados pelo Estado, que após a publicação do marco legal pelo Estado, os pontos serão apresentados aos conselheiros para serem discutidos. A senhora Laura Ramallo reforça a necessidade de se criar um planejamento estratégico, além de indicar que a questão hídrica está relacionada ao desmatamento e preservação das matas ciliares. Em resposta, o senhor Ruben Zaldivar alerta que além da preservação das matas ciliares, outras questões como o assoreamento e outros precisam ser considerados e que após a publicação do marco legal será criado o planejamento e discutidos todos os pontos. Em continuidade a reunião, o senhor Igor Pinheiro (UFSB) agradece pelas informações e solicita que seja deliberada a ativação da CT da MT. O Senhor Ruben Zaldivar afirma que a SMMA precisa analisar o papel da CT e analisar legalmente quais os membros devem ser inseridos. "O senhor Bruno Brauer (Instituto Coral Vivo) menciona que a CT existe desde 2013/2014 e que a mesma pode ser reativada, sendo necessário atualizar as instituições-membro e os representantes, pois algumas instituições que compõem a CT não atuam mais no município, além de existirem representantes do setor público que também não atuam mais nas respectivas secretarias." A senhora Carolina Peixoto Ferreira (ICMBio) sugere fazer uma análise das instituições que podem compor a Câmara Técnica e enviar um ofício para pedir a indicação de membros por essas instituições. Porém o Senhor Ruben Zaldivar afirma que existe um número de instituições que podem participar e que vai consultar o jurídico. A senhora Martina Rossato afirma ter o documento com os membros da CT criada em 2013 e que o mesmo será fornecido à secretaria. Em continuidade a reunião, é apresentado o segundo ponto de pauta (retorno denúncia Village). O Senhor Ruben Zaldivar afirma que o local foi visitado e que na primeira visita não havia a retirada de terra no talude e que só foi permitido a retirada de terra na parte de baixo do terreno. Ele complementa dizendo que foram surpreendidos por essa ação e que o responsável deverá recompor o talude e a mata. Que houve a denúncia, mas não apontaram que a construção das casas no entorno realizaram o mesmo procedimento e que a SMMA acompanhará junto a SEDUR e a secretaria de obras e que a recomposição será realizada. A senhora Sueli Abad informa que após denúncia feita aos órgãos competentes de fato a fiscalização esteve no local, o que não impediu a paralisação da obra, pelo contrário a obra acelerou, antes eram dois caminhões trabalhando e após denúncia passou a cinco, trabalhando sábado, domingo e a noite. A mesma relata que o proprietário infringiu a lei tranquilamente e que a obra não foi embargada e que o correto seria que a área objeto da intervenção danosa fosse transformada em bem de Uso Público. Visto ser impossível voltar à área ao que era anteriormente, deve-se obrigar o proprietário a elaborar e executar projeto de contenção da área impactada, com retaludamento, drenagem e recomposição nativa irregularmente suprimida. Obriga-lo também a desenvolver projeto para o trecho térreo, prevendo equipamentos de uso comunitário com replantio da vegetação, o que coibiria a réplica dessa forma equivocada de intervenção. Em continuidade, o senhor Ítalo Lima e Silva



(Instituto Nautilus) afirma que a SMMA e a prefeitura estavam cientes sobre a retirada e que inclusive essa terra seria utilizada para recapeamento e pavimentação do Village. O mesmo afirma que esse ato é crime e solicita a prefeitura cobrar ao responsável e a todos culpados informações, já que após a denúncia houve aumento da intensidade de retirada da terra, inclusive à noite. O Senhor Ruben Zaldivar responde afirmando que a secretaria de serviços públicos estava com as máquinas para limpar o local já que havia muita terra solta e estava chovendo, o que poderia impactar a rua e casas ao redor. Sobre o aumento da retirada de terra à noite, o mesmo buscará informações com as outras secretarias. A senhora Laura Ramallo (Associação Despertar Trancoso) afirma que mesmo fazendo denúncias, a fiscalização não consegue atender a tempo pela grande demanda que este pequeno corpo de servidores tem. Com isso, o desmatamento acontece e quando a fiscalização finalmente acontece, a mata já está no chão. Além disso, afirma que estamos perdendo espécimes antigos e únicos, e recuperar as florestas com compensação é algo que vai demorar 20 anos ou mais, caso seja possível recuperar. Por isso a mesma questiona sobre soluções ou como pode ser construída uma solução em conjunto para que seja evitada a supressão de mata. O senhor Ruben Zaldivar aponta outros problemas atrelados ao desmatamento na região como, por exemplo, a falta de movimento na justiça e o comércio por trás das invasões e afirma que ajuda já foi solicitada ao IBAMA e Polícia Federal nesses casos. O senhor Clovis Castro (Instituto Coral Vivo) afirma que a perda de mata é recorrente e que há tecnologia gratuita para acompanhar essas ações através de imagem satélite e que seria importante que o conselho como um todo entenda as dificuldades da secretaria e que as denúncias sejam realizadas através de ofício, com informações mais substanciadas e através de transparência para que a atuação seja mais rápida. O senhor Ruben Zaldivar afirma que algumas questões são sigilosas e que a SMMA dispõe de drone para monitorar certas áreas conflitantes. O senhor Clovis Castro, a senhora Laura Ramallo e a senhora Carolina Peixoto Ferreira pedem que a comunicação seja mais rápida e que se tenha mais transparência quanto aos processos abertos. O senhor Ruben Zaldivar responde que deve haver transparência sem que seja comprometida a integridade do servidor e a fiscalização. A reunião continua com o terceiro ponto de pauta (Revitalização da Lagoa Azul), sendo apresentada, pelo vereador Vinícius Parracho, a pretensão de criação de uma Unidade de Conservação Municipal no local da Lagoa Azul já que é um local sem impactos diretos e por ser um destino turístico que foi perdido. Inclusive aponta estudos realizados pela UFSB mostrando a possibilidade de revitalização da Lagoa desde que se amplie a área de proteção ao seu redor. O vereador afirma que o projeto foi enviado ao superintendente da SMMA e que o processo licitatório está sendo encaminhado e pede a aprovação do CMMA para que a revitalização da Lagoa seja realizada. Em seguida, o senhor Vinícius Parracho apresentou o quarto ponto de pauta (Embasa) afirmando que participou da reunião com o governo do Estado e que serão criadas as autarquias para realizar o saneamento básico, havendo a possibilidade de licitação ou continuação do serviço da Embasa. O mesmo afirma estar designado ao tema e que há grande preocupação porque a prefeitura não participou da reunião e que é importante que a prefeitura se inteire sobre o assunto, já que também sofreremos com as consequências de outros municípios cujos dejetos são trazidos para Porto Seguro pelos rios. O senhor Ruben Zaldivar afirma que esteve na Embasa e que a prefeitura tem um plano de gerenciamento básico que pode ser discutido. Em seguida, o último ponto de pauta é apresentado (Revisão de Lei e sinalização do Parque Municipal Marinho do Recife de Fora). O senhor Vinícius Parracho afirma ter recebido o projeto que busca a alteração da Lei do



Parque vindo da SMMA, que a câmara aprimorou o projeto o qual voltará para votação na próxima semana e que foram adicionadas várias emendas relacionadas à zona de amortecimento do parque, taxa de visitação, necessidade de criação de um conselho do parque para que as questões do parque sejam discutidas com mais detalhes e outros. Em seguida a senhora Aluane Ferreira (bióloga da SMMA) relata sobre a necessidade de se implementar a sinalização náutica do PMM do Recife de Fora, determinado no Plano de Manejo do mesmo, que prevê a instalação de poitas e boias e delimitação do Parque, os quais reduzirão os impactos de fundeio e auxiliarão na fiscalização do mesmo. A senhora Aluane Ferreira afirma que os projetos foram confeccionados por empresa de engenharia náutica ano passado e receberam parecer favorável da Marinha, e que no momento o processo licitatório para a instalação das poitas e boias esta sendo realizado e precisa de autorização do CMMA. Em seguida o senhor Ítalo Lima e Silva (Instituto Nautilus) afirma que essas questões são interesse de todos para que colaborem com a sinalização e com o Projeto de Lei e pede atualizações sobre a reforma do Pier municipal, procurando saber se houveram alterações dos valores previstos para a obra. A senhora Daniela Bambirra Obregon Gonçalves (Costa Bahia Turismo) pontua sobre a importância de fazer a instalação da sinalização do parque e cumprir o que esta no Plano de Manejo, inclusive aponta a necessidade de escolher a melhor maneira de realizar a execução da sinalização em acordo com o funcionamento das escunas. Em seguida a senhora Aluane Ferreira questiona sobre como deverá ocorrer a votação para a aprovação da sinalização e a senhora Martina Rossato (oceanóloga da SMMA) relata que após termos os valores da instalação da sinalização, os mesmos são apresentados e é realizada a votação pelos conselheiros. O senhor Clovis Castro (Instituto Coral Vivo) afirma que a votação pode ser realizada pelo chat e relata que o Coral Vivo teve grande envolvimento na confecção do Plano de Manejo do Parque e gostaria de saber mais sobre as emendas inseridas no Projeto de Lei do PMM do Recife de Fora, além de questionar a necessidade de haver cadeiras no conselho do Parque para os Institutos ambientais envolvidos, como o Coral Vivo e Nautilus. O senhor Vinícius Parracho afirma que foi incluída na emenda duas vagas para instituições dentro das dez vagas existentes e que o projeto será enviado aos conselheiros. A senhora Daniela Bambirra Obregon Gonçalves (Costa Bahia Turismo) pergunta se haverá uma vaga no Conselho do Parque para o setor privado e o senhor Vinícius afirma que sim, como associação, e que inseriu no Projeto a questão de subsídio a pescadores que utilizavam o Parque e o aumento do Zona de Amortecimento. O senhor Ruben Zaldivar relata sobre a situação dos polvejadores dentro do Parque e a senhora Aluane Ferreira afirma que esses conflitos podem ser discutidos quando houver a atualização do Plano de Manejo do PMM do Recife de Fora. Em continuidade, a senhora Maria Teresa Gouveia (Instituto Coral Vivo) relata que o Plano de Manejo não pode mudar a lei e reforça sobre a importância de manter a equidade dos três segmentos no Conselho do Parque a ser criado e pergunta se haverá audiência pública. O vereador Vinícius Parracho afirma que o Projeto foi modificado a partir de debates com quem conseguiram contato e que ao longo do trâmite, o documento pode ser modificado. A senhora Carolina Peixoto Ferreira (ICMBio) relata que no Instituto Chico Mendes, baseando-se no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e em legislação relaciona a direitos sociais, estabeleceram uma instrução normativa que regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de Termos de Compromisso que possibilitam o uso de recursos naturais por populações tradicionais que residam ou que sempre acessaram recursos localizados no interior de unidades de conservação onde a sua



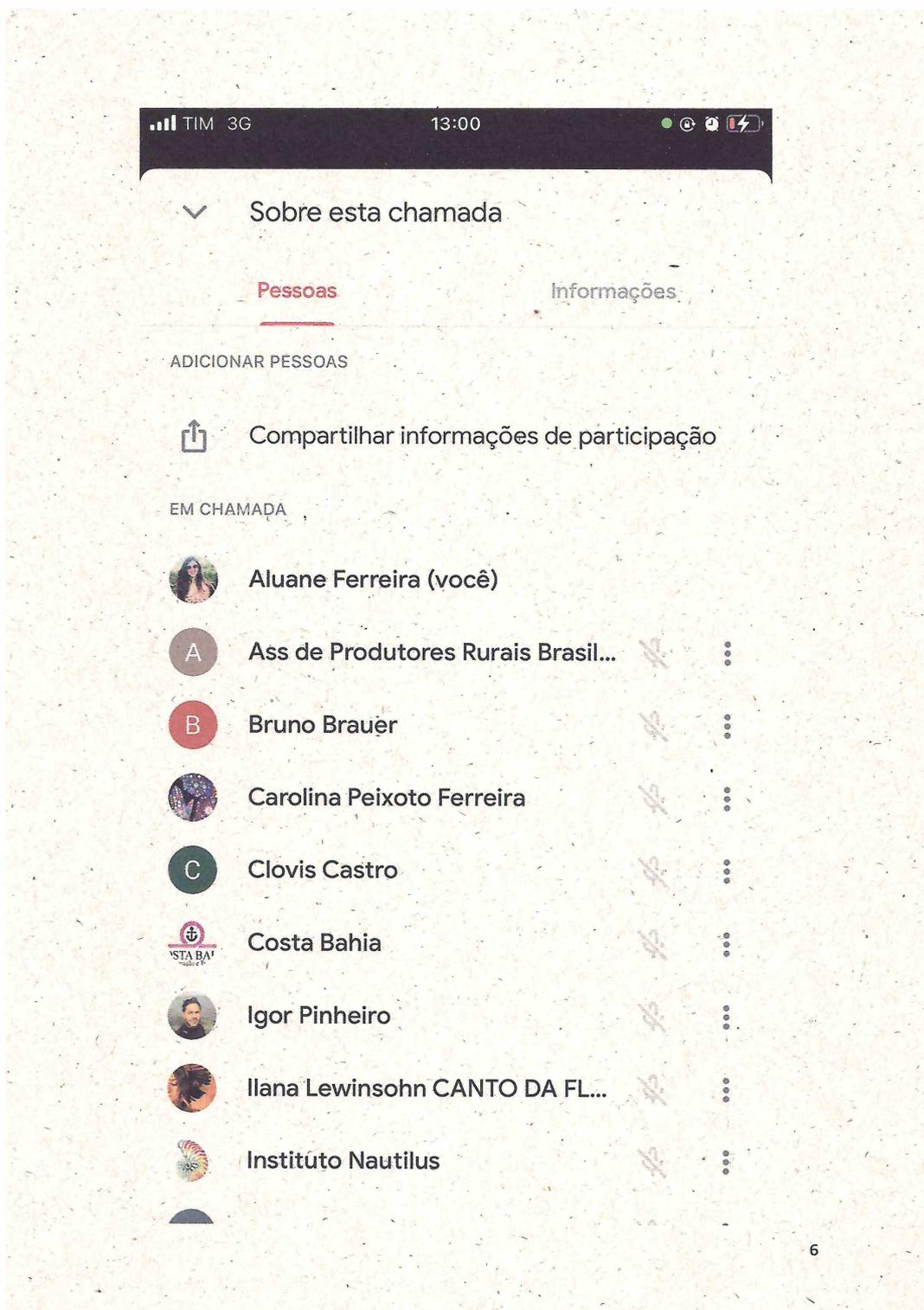
presença não fosse admitida ou estivesse em desacordo com os instrumentos de gestão. Citou o exemplo do Parque Nacional do Cabo Orange, no Amapá, que firmou Termo de Compromisso com a Colônia de Pescadores do município de Oiapoque, uma vez que a unidade abarcou toda a porção marinha do município em até seis milhas, impossibilitando o acesso e ofício dos pescadores. Também se lembrou da fala de Pedro, da Colônia de Pescadores de Porto Seguro, que certa vez questionou por que os pescadores não podiam levar os turistas para o Parque. Por fim o senhor Igor Pinheiro (UFSB) solicita que as reuniões tenham no mínimo duas horas de duração e sugere que as reuniões tenham início às 10 horas e o Senhor Ruben Zaldivar encerra a reunião. E para constar, eu, Aluane Silva Ferreira, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelo vice-presidente do Conselho e pelo Superintendente da SMMA. Devido à pandemia do covid, uma imagem com os outros membros presentes na reunião através da plataforma "Google meet" é anexado como comprovante de presença.

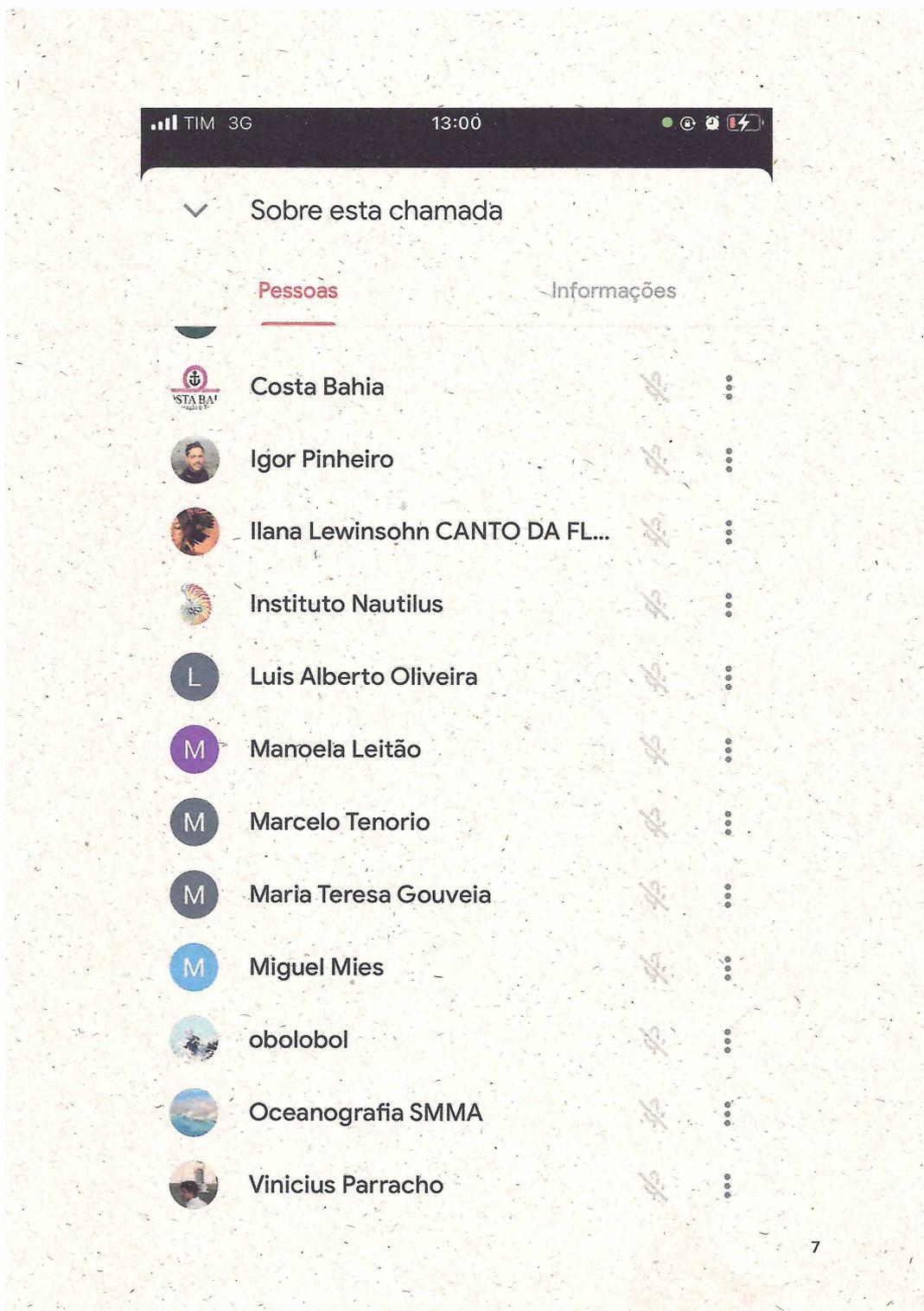
Lista dos participantes:

- Aluane Silva Ferreira (Secretaria Municipal do Meio Ambiente)
- Bruno Brauer (Instituto Coral Vivo)
- Carolina Peixoto Ferreira (ICMBio)
- Charles Leal (Associação de Produtores Rurais Brasil para o futuro),
- Clovis Castro (Instituto Coral Vivo)
- Cristina Branco (Associação Socioambiental Verdejar de Arraial d'Ajuda)
- Daniela Bambirra Obregon Gonçalves (Costa Bahia Turismo)
- Igor Pinheiro (UFSB)
- Ilana Lewinsohn (Associação Socioambiental Verdejar de Arraial d'Ajuda)
- Ítalo Lima e Silva (Instituto Nautilus)
- João Góes (Secretaria Municipal do Meio Ambiente)
- Junior Fortunato (Associação das Operadoras de Turismo Naval de Porto Seguro)
- Laura Ramallo (Associação Despertar Trancoso)
- Luis Alberto Oliveira dos Santos (Associação Naval de Porto Seguro)
- Luiz André Lobo (Aquaplanet Mergulho)
- Manoela Leitão (Instituto Nautilus)
- Marcelo Tenório (Associação de Agricultores Rurais Nova Jerusalém)
- Maria Teresa Gouveia (Instituto Coral Vivo)
- Martina Rossato (Secretaria Municipal do Meio Ambiente)
- Miguel Mies (Instituto Coral Vivo)
- Manoela Leitão (Instituto Nautilus)
- Ruben Zaldivar (Secretaria Municipal do Meio Ambiente)
- Sueli Abad (Movimento de Defesa de Porto Seguro)
- Vinícius Parracho (vereador)

Aluane Silva Ferreira
Aluane Silva Ferreira
DECRETO Nº 11.253/20
Biólogo, Mat. 43120

Ruben Angel Zaldivar
Ruben Angel Zaldivar
Superintendente
de Meio Ambiente
Decreto nº 11.413/2021







EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

ADITIVO Nº 002/2021 – CONTRATO Nº DP006/2019LOC. Contratante – Município de Porto Seguro – Contratado: BALDANZI GESTÃO PATRIMONIAL LTDA. CNPJ nº 19.299.873/0001-75. Objeto: Prorrogação do prazo contratual. Vigência 06(seis) meses. Jânio Natal Andrade Borges – Prefeito Municipal.



PORTARIA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO
ESTADO DA BAHIA**

PORTARIA Nº 001/21 DE 14 DE JUNHO DE 2021.

“Determina procedimentos administrativos, e dá outras providências”.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PORTO SEGURO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei 804/2009,

Considerando a necessidade de um melhor controle e acompanhamento dos documentos oficiais da secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a todos os setores da secretaria que reiniciem toda a numeração de ofícios, comunicação interna e demais correspondências.

Art. 2º - Os setores de Concessão, Recursos humanos, Assessoria Jurídica, Adm Regional de Trancoso, Adm Regional de Arraial, Adm Regional de Vera Cruz e Adm Regional do Frei Calixto, passam a contar com numeração própria iniciando a partir de 001/21.

Art. 3º - Os setores encaminharão ao Gabinete do Secretário relatório mensal de utilização de numeração para controle, sempre no último dia do mês.

GABINETE DO SECRETARIO
Porto Seguro, 14 de junho de 2021

LUCIANO ALVES DE JESUS

Secretário Municipal

Luciano Alves

Sec. Mun. de Trânsito e Serviços Públicos
Decreto Nº 11 371/21